

Recessão de 1951-53: a última recessão agrícola.

PICO: 1951; CAVA: 1953.

Portugal entrou no período do pós-guerra ainda como uma economia dominada pelo setor primário. No ano agrícola entre o outono de 1952 e o verão de 1953, os mínimos de produção nos ciclos do vinho e da azeitona coincidiram com choques meteorológicos adversos que reduziram a produtividade de outras colheitas. Estes fatores próximos são os dominantes nesta recessão. Ao mesmo tempo, o abrandamento da economia mundial, em 1952, reduziu as exportações que estavam em crescimento na década anterior. Esta é a última recessão portuguesa em que a agricultura é a principal fonte de contração. Os fatores externos dão já um contributo complementar.

1. CONTEXTO

Contexto interno

Em 1951, Portugal era ainda uma economia de base agrícola. O setor primário representava um terço do produto e ocupava cerca de metade da população ativa, enquanto o setor dos serviços pouco tinha crescido na década anterior. Os Planos de Fomento foram um esforço dirigista (e protecionista) do Estado Novo para investir na industrialização que, nas duas décadas que se seguem a esta recessão, prossegue a um ritmo acelerado.

Na ordem mundial saída da Guerra, o país começou timidamente a abrir-se ao exterior como membro-fundador da OECE e da OTAN, recebendo em auxílios diretos e indiretos do Plano Marshall um valor superior a 50 milhões de dólares (600 milhões a preços atuais), entre 1951 e 1952. Politicamente, o regime ditatorial estava consolidado e os poderes do Governo foram reforçados depois da revisão constitucional de 1945.

Contexto externo

Depois da destruição provocada pela guerra, a Europa entrou numa fase de acelerada atividade económica focada na reconstrução, com uma taxa de crescimento do PIB elevada e pleno uso dos recursos: a taxa de desemprego manteve-se a níveis historicamente baixos durante muitos anos. Isto levou a uma forte procura por matérias-primas no final da década de 40 e início da década de 50. O receio de um novo conflito militar, em torno da guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, aumentou ainda mais a procura por matérias-primas como o algodão, o alumínio, a borracha, o cacau ou o zinco, com os preços destes bens a atingirem máximos em 1951. A elevada procura e as dificuldades de abastecimento verificadas causaram

disrupções no processo produtivo e motivaram processos de integração económica que removessem barreiras ao comércio. Em 1947, é assinado o GATT com o intuito de reduzir as barreiras ao comércio internacional. A OECE (precursora da OCDE) surgiu em 1948 para auxiliar a administração do Plano Marshall. Por fim, em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço criou um mercado comum para recursos escassos na intensa reconstrução europeia. Portugal participou nestes movimentos, começando um processo de abertura de uma economia que até então fora muito fechada. Porém, entre 1952 e 1953, o comércio internacional abrandou, fruto de políticas orçamentais e monetárias restritivas em vários países, criadas para lidar com desequilíbrios externos na balança de pagamentos, e da desacumulação de stocks de matérias-primas com o fim da guerra da Coreia.

2. PRINCIPAIS INDICADORES E FATORES PRÓXIMOS

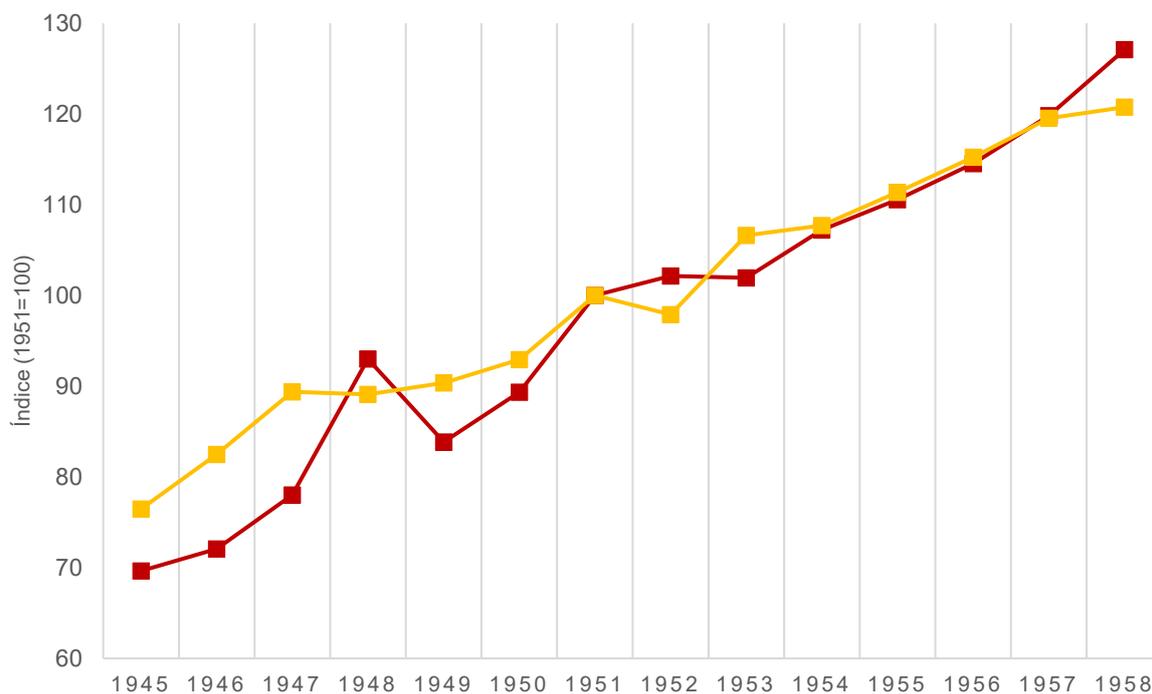
Indicadores gerais

Há duas medidas principais do PIB nesta época, como descrito nas notas metodológicas, que são mostradas na **figura 1**. Numa delas, constata-se uma quebra na atividade económica entre 1951 e 1952; na outra, verifica-se antes uma estagnação que se prolonga até 1953. Embora este indicador aponte para 1952 como ano candidato a uma recessão, o mesmo não permite uma datação decisiva do seu pico e cava.

Tendo em conta o peso da agricultura na economia nesta década – entre 28% e 31% do PIB, e 49% do emprego – os indicadores deste setor são particularmente relevantes. Na **figura 2**, a estimativa do produto do setor agrícola mostra uma quebra de cerca de 20% no ano de 1952. Esta não foi acompanhada pelos outros setores, com estagnação apenas nos serviços, em 1952, e na indústria, em 1953.

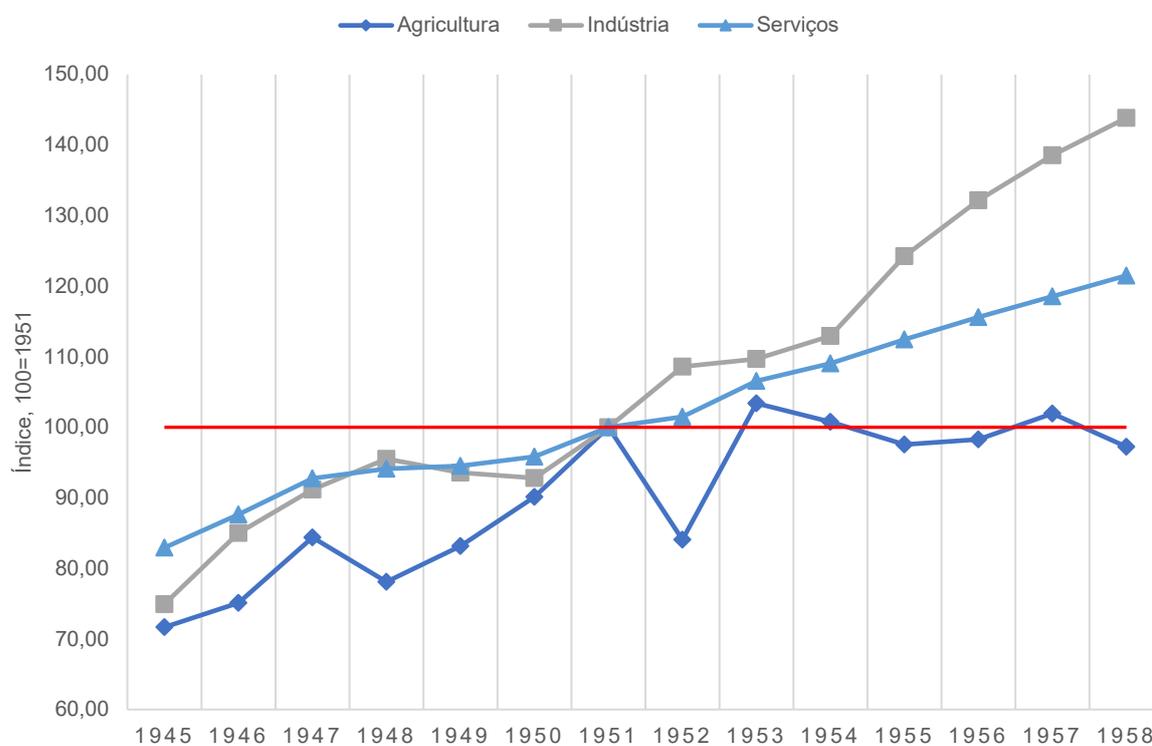
Não existem indicadores fiáveis disponíveis para o emprego ou desemprego, mas a deterioração do nível de vida das populações rurais pode ser detetada através dos dados da emigração (embora também ela seja medida de forma imperfeita). O ano de 1952 registou um salto significativo na emigração, o maior no período 1945-1960, como revela a **figura 3**. Este salto é consistente com uma reduzida procura por trabalhadores nas atividades trabalho-intensivas do setor agrícola de então, incluindo a colheita da azeitona, as vindimas e as campanhas da fruta. A emigração serve como alternativa para os residentes dos meios rurais que não conseguem encontrar emprego.

Fig. 1 - PIB REAL (AGREGADO) SEGUNDO DUAS SÉRIES



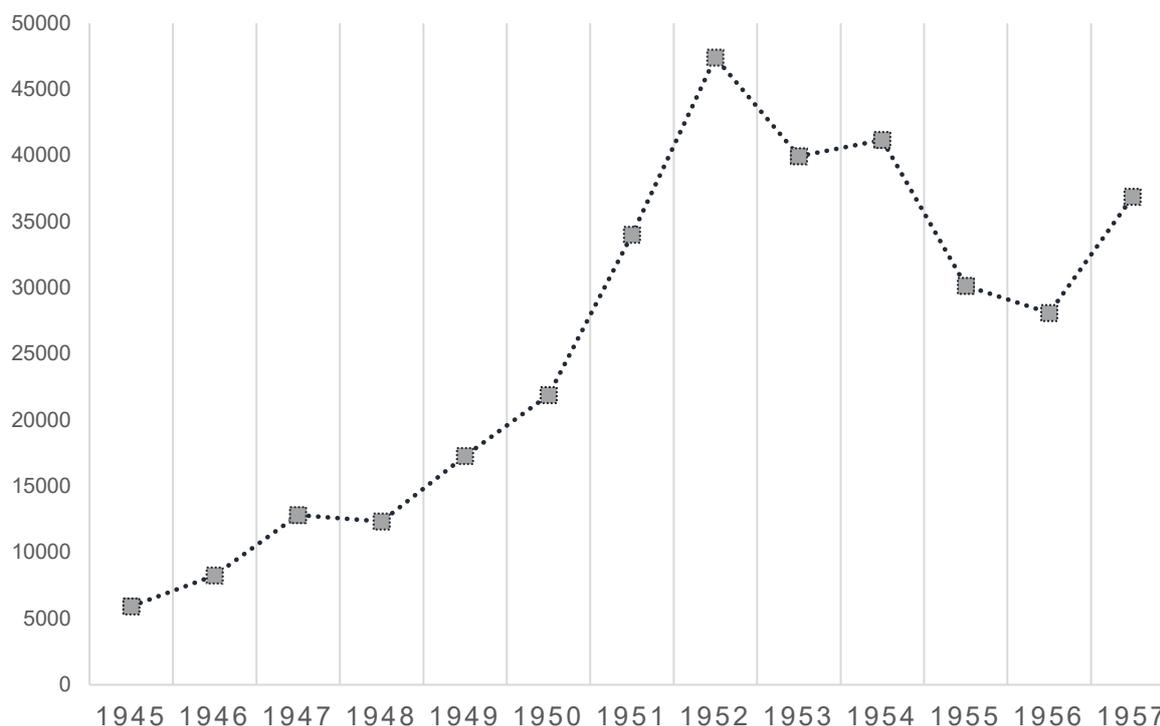
Fontes: Batista et al (1997): *PIB nominal em Batista et al (1997)*. Valério (2001): *PIB nominal em Valério (2001)*, retirado de Valério (1998). A cada série é aplicado o deflator implícito da respetiva fonte.

Fig. 2 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO SETORIAL (REAL)



Fonte: Lains (2003), com base em Batista et al (1997).

Fig. 3 - EMIGRAÇÃO TOTAL ESTIMADA



Fonte: Valério (2001), com base em Baganha (1994).

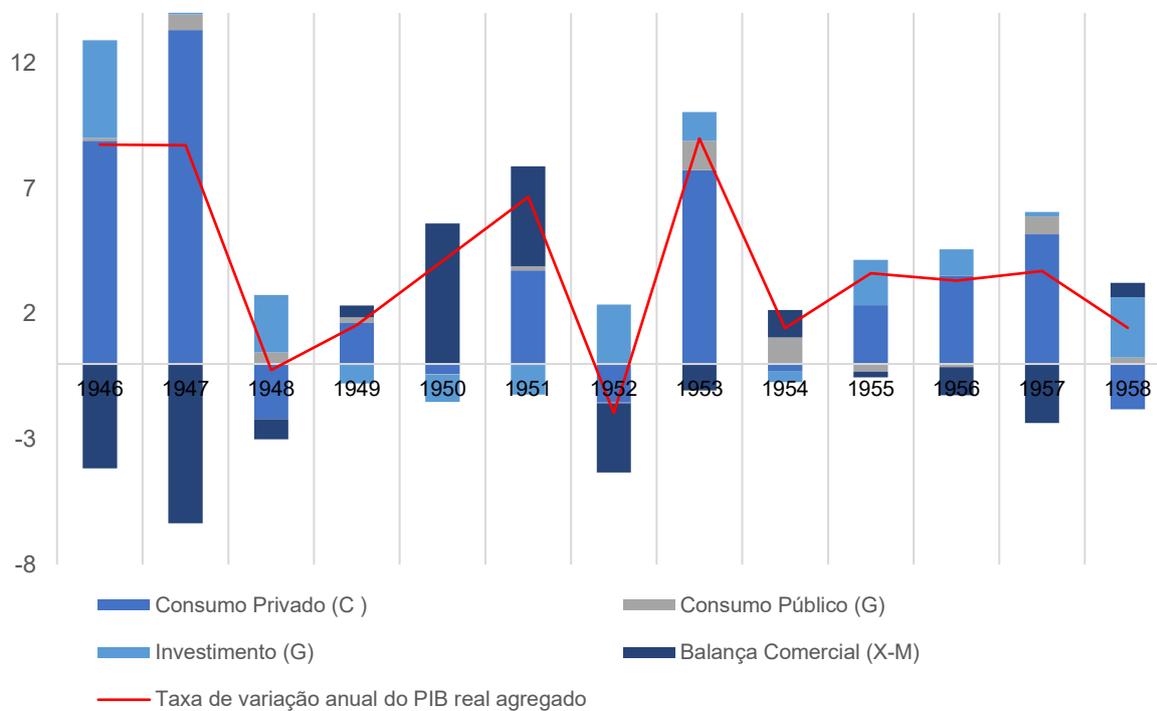
A **figura 4** mostra que, na ótica da despesa, a quebra na atividade económica em 1952 se refletiu sobretudo nas exportações, que caíram 13%, e no consumo privado, que caiu 5%. As importações aumentaram 3%, consistentes com uma escassez de bens alimentares produzidos internamente, devido ao mau ano agrícola. O investimento, pelo contrário, cresceu durante a recessão, potencialmente como resultado da crescente industrialização do país. Com metade da população ativa empregue na agricultura, a quebra no consumo é também consistente com um mau ano agrícola, que reduziu os rendimentos de largos estratos da população. Dados (imperfeitos) sobre salários rurais mostram um aumento nominal inferior a 1% entre 1951 e 1953.

Indicadores específicos

Com indicadores gerais imperfeitos, os dados de produção de setores específicos que sejam relevantes ou particularmente fiáveis têm um papel importante na datação do ciclo. Os dados de algumas colheitas, com grande peso na produção e nas exportações, são particularmente relevantes. Uma dificuldade, no entanto, é a dissociação entre o ano civil que termina em dezembro, e em relação ao qual todas as estatísticas oficiais são apresentadas, e o ano agrícola, que não só não coincide com o civil, como varia de produto para produto. Os dados mostram uma campanha agrícola muito fraca entre o outono de 1952 e o outono de 1953, que afeta parcialmente o produto de dois anos distintos, mas com efeitos menos visíveis em

dados anuais, visto que as colheitas nos anos agrícolas anterior e subsequente foram bem melhores.

Fig. 4 - COMPOSIÇÃO DO PIB REAL AGREGADO (ÓTICA DA DESPESA)

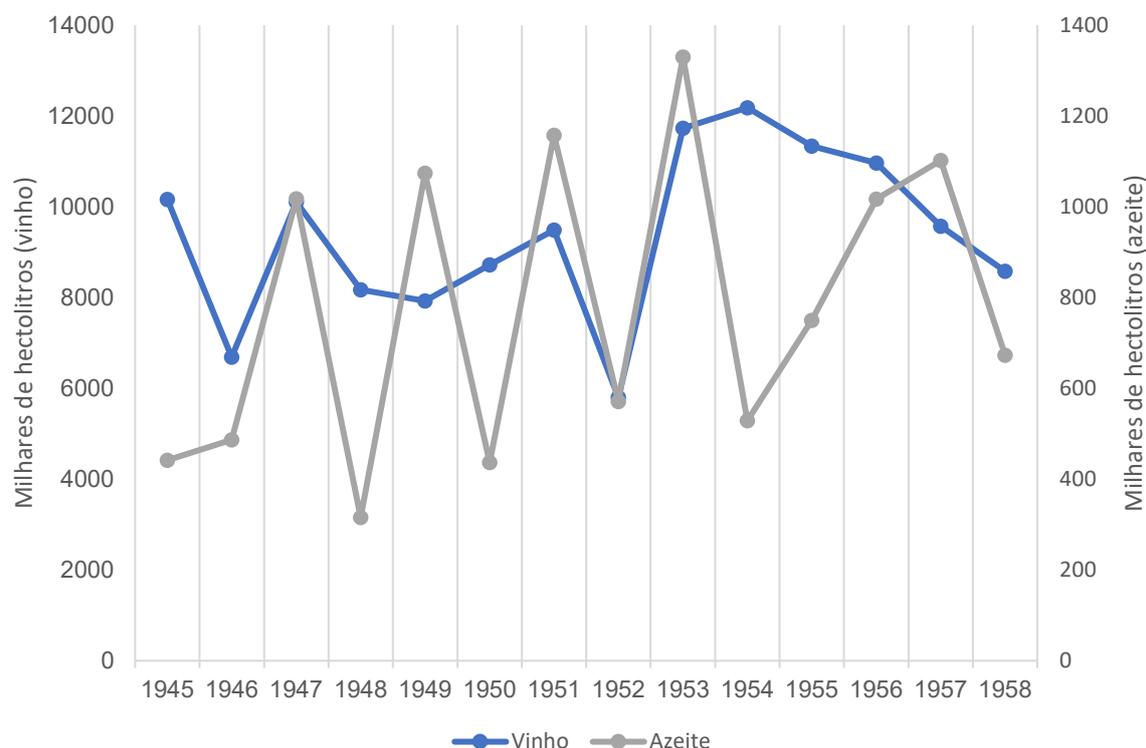


Fonte: Batista et al (1997).

Colheitas agrícolas. Duas das principais colheitas na economia portuguesa nesta altura são o vinho e o azeite. A produção vinícola sofreu uma quebra histórica na colheita do outono de 1952, para metade face ao ano anterior, o que a devolveu a valores de 1940. No último trimestre de 1952, iniciou-se um ano de contrassafra na produção olivícola, com uma quebra de 60% em relação ao ano de 1951, no qual se havia alcançado a maior quantidade alguma vez registada em Portugal. A **figura 5** mostra que a consociação negativa dos ciclos produtivos do vinho e do azeite, que ocorreu em 1952, era um evento raro.

Ainda que a consociação negativa dos ciclos naturais do vinho e do azeite fosse, por si só, justificativa de um mau ano agrícola (como aconteceu, por exemplo, em 1948), a magnitude destas quebras foi amplificada pelas condições meteorológicas que afetaram também outras culturas. Na maior parte do território continental, o outono-inverno de 1951–52, e a primavera de 1952, foram quentes face à média histórica, o que se refletiu nas colheitas de verão e outono desse ano. Também a precipitação foi irregularmente distribuída, com grandes chuvas em outubro e março, mas relativa secura no intervalo entre estes meses. Mesmo o ano agrícola de 1953, que registou no seu último trimestre uma produção recorde de azeite e alguma retoma na produção de vinho, foi marcado, nos trimestres anteriores, por um outono e uma primavera relativamente secos e quentes que afetaram as outras culturas.

Fig. 5 - CICLOS DO VINHO E DO AZEITE

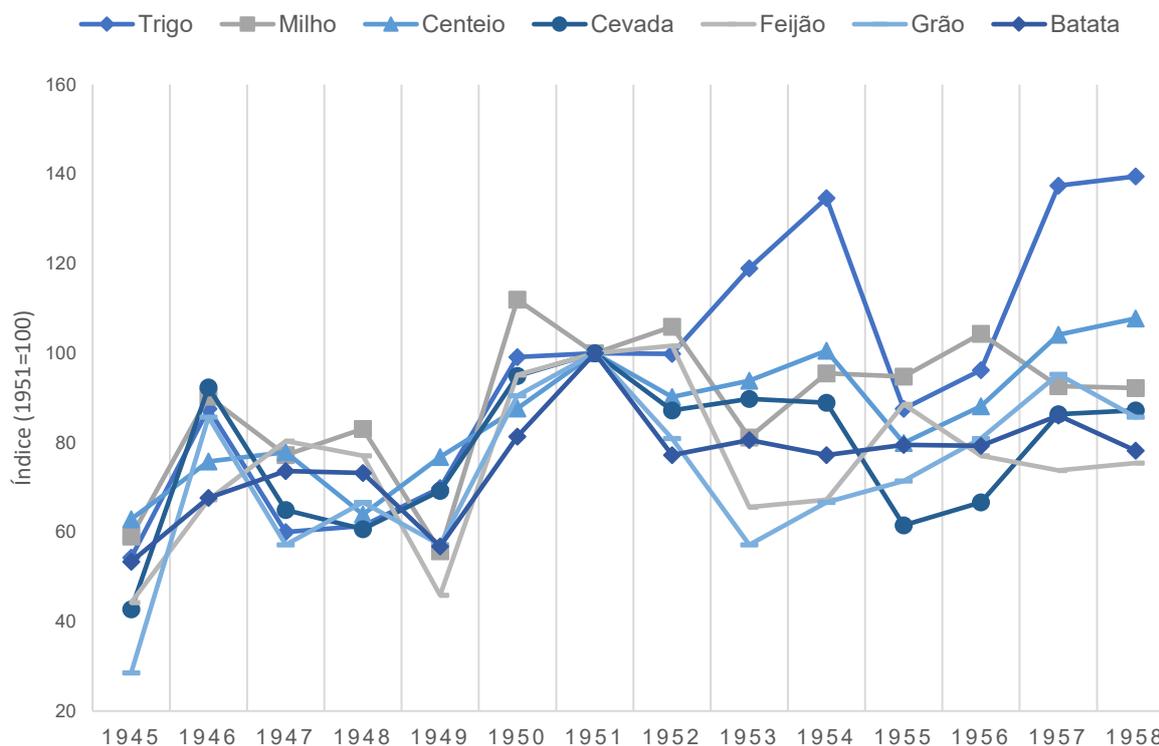


Fonte: Valério (2001).

As várias culturas cerealíferas reduziram-se no ano agrícola de 1952–53, com quebras na produção de centeio e aveia na ordem dos 10%, e uma estagnação nas colheitas do trigo. Apenas a produção de milho, na [figura 6](#), registou uma subida de cerca de 6%. As condições meteorológicas aprofundaram as quebras nas colheitas no verão de 1953, nomeadamente na produção de centeio, de aveia e, em particular, de milho e de feijão, que decresceram 23% e 43%, respetivamente, face a 1952. Com efeito, o trigo é a única cultura relevante que apresenta um crescimento substancial em 1953 (20%).

Quase todas as culturas de regadio sofreram quebras, como é o caso da batata (20%) e da produção de fruta. O mesmo aconteceu às colheitas da amêndoa, da alfarroba e da castanha. Por fim, a pecuária e o comércio de gado foram afetados por algumas epidemias que levaram, por exemplo, à interdição da livre circulação de gado na via pública durante parte de 1952. Em suma, as colheitas de cereais, leguminosas e fruta sofreram quebras ligeiras a moderadas na colheita de 1952, mas que se aprofundaram em 1953, por via das condições climáticas.

Fig. 6 - COLHEITAS AGRÍCOLAS

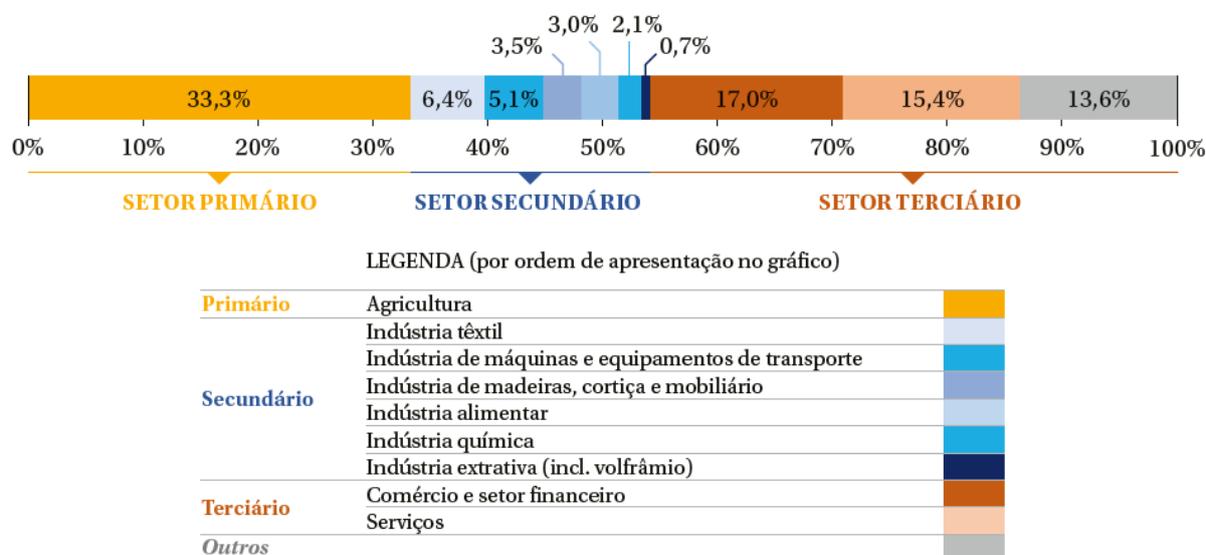


Fonte: Valério (2001).

Produção industrial. Em 1951, a indústria pesava cerca de um terço do PIB, como se vê na [figura 7](#) (e 24% do emprego). A indústria tem dados de melhor qualidade para alguns subsetores. Para além do seu carácter normalmente mais volátil e pró-cíclico, este setor é útil para datar com maior precisão os períodos de recessão.

As indústrias extrativas viram o seu produto expandir-se entre 1951 e 1953, com destaque para o volfrâmio, que registou uma ligeira subida na sua extração, associada às elevadas cotações nos mercados internacionais, num período em que houve um aumento da procura internacional associado à formação da OTAN e da intervenção da ONU na guerra da Coreia. Assim, a sua exportação subiu 6%, em quantidade, entre 1951 e 1952, vindo a decrescer no ano seguinte. Ainda que o peso da indústria extrativa no PIB fosse diminuto em 1951 (0,7%), só a exportação de volfrâmio extraído no território nacional representava 7% do valor das exportações nesse mesmo ano. Aliás, o início da década de 50 foi o último (pequeno) *boom* do volfrâmio português, que daqui em diante se tornou menos relevante para as exportações nacionais.

FIG. 7 - DECOMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB - PRINCIPAIS SETORES (1951)



Fonte: Batista et al (1997).

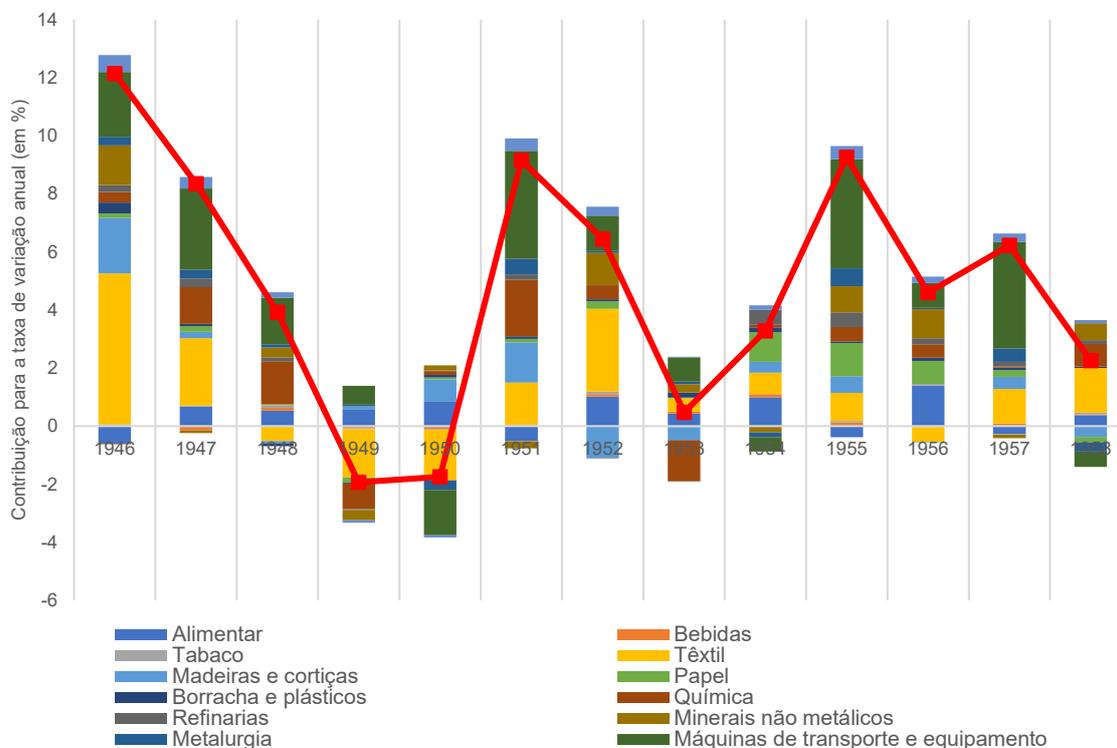
Em sentido contrário, as indústrias transformadoras, que pesavam cerca de um quarto do PIB, contraíram-se durante este período. Como se vê na [figura 8](#), o setor abrandou ligeiramente em 1952, e mais intensamente em 1953. A produção de bens alimentares, de um modo geral, estagnou. A produção de conservas diminuiu ligeiramente, embora as suas exportações tenham aumentado 22% em 1952. As reduções na produção estão associadas a dificuldades na importação de metal para o fabrico de latas, enquanto a guerra da Coreia trouxe uma procura externa habitual para esta indústria nacional. Mesmo assim, as exportações ficam muito abaixo dos picos associados a outros conflitos na primeira metade do século, quando esta indústria chegou a ser responsável por 22% do valor das exportações nacionais.

O crescimento dos têxteis e vestuário abrandou significativamente em 1953, travando a expansão observada nos quatro anos anteriores. Novamente, de acordo com os textos da época, tanto a produção como as exportações sofreram os efeitos adversos da conjuntura internacional, com dificuldades na importação de matéria-prima e a redução da procura externa com o fim da guerra da Coreia. Para várias indústrias tradicionais, o período 1951–53 representou, assim, uma fase de acrescida disrupção, ao nível da importação de matérias-primas e da exportação de produtos acabados.

Comércio internacional. Os dados alfandegários são os mais precisos referentes a esta altura. Por essa razão, os registos das importações e exportações permitem descortinar as tendências da economia portuguesa. Ao mesmo tempo, a pouca abertura da economia torna estes dados pouco significativos para grande parte da economia. Portugal não fez parte dos principais acordos internacionais assinados no imediato pós-guerra e, como tal, não beneficiou diretamente dos mesmos, mas antes indiretamente, através da expansão das trocas comerciais, sobretudo dentro da

Europa. As exportações nacionais (e a produção) vinham a crescer a um ritmo elevado, com ênfase na cortiça, nos têxteis e nos bens alimentares.

Fig. 8 - DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO PRODUTO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA



Fonte: Batista et al (1997).

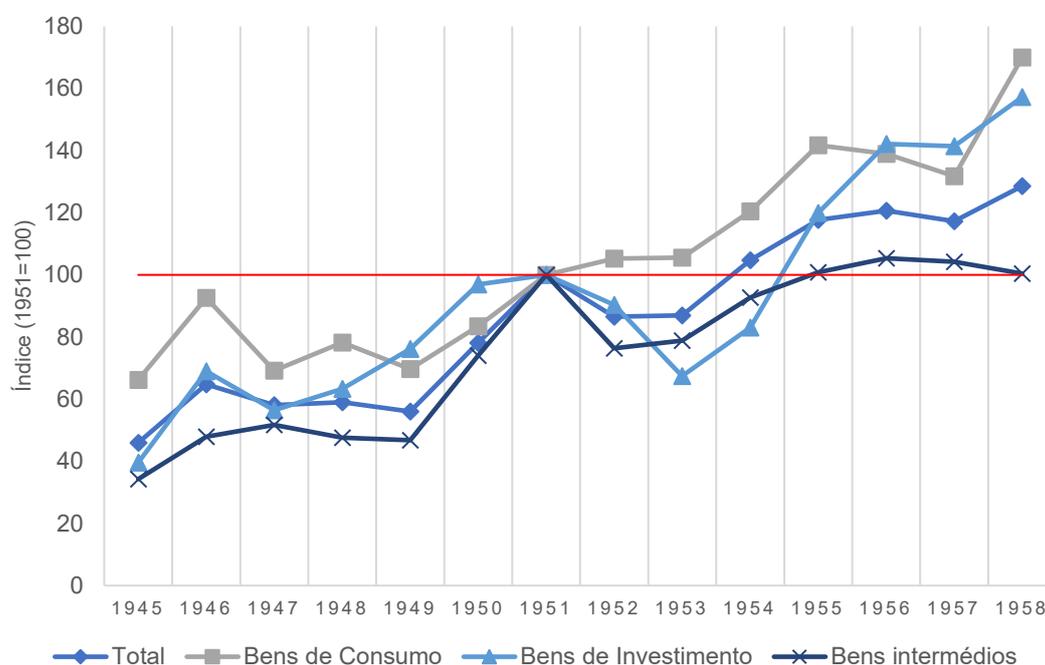
A **figura 9** mostra um decréscimo significativo das exportações em 1952, que se mantém em 1953, contrariando uma tendência de crescimento na década em que se insere (diferentes séries diferem na colocação desta queda, sobretudo entre 1952 e 1953). Olhando a outra classificação das exportações, foram os bens intermédios e de investimento que começaram por sofrer maiores quedas em 1952, seguindo-se, de um modo geral, uma estagnação em 1953, que chegou também aos bens de consumo.

Olhando para produtos específicos, o vinho e a cortiça representavam, em 1951, cerca de 10% e 20% das exportações totais, respetivamente. A exportação de vinho do Porto (a mais significativa da altura) decresceu 22% em quantidade em 1952, com a contração das vendas para os seus mercados tradicionais, o Reino Unido e a França. Adicionalmente, em 1953, os preços de exportação do vinho do Porto também sofreram quebras, pelo que a descida aconteceu quer nas quantidades, quer nas receitas. As exportações de cortiça, por seu turno, reduziram-se pela primeira vez desde o pós-guerra, com uma quebra na ordem dos 35% entre 1951 e 1952, sensível à contração nas economias de parceiros comerciais importantes. Aliás, mesmo as elevadas produções de azeite e vinho de 1953 tiveram dificuldades em ser escoadas nos mercados internacionais, com as exportações de ambas a reduzir em valor face

a 1952, de acordo com relatos da época. No sentido oposto, verificou-se um aumento das exportações de conservas.

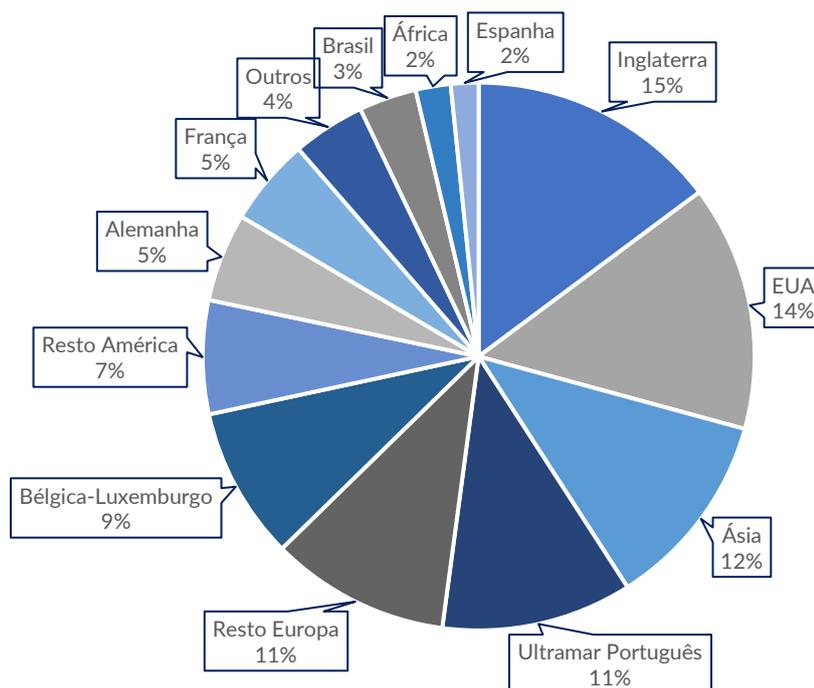
Estas evoluções apontam para a conjuntura externa como fonte de choque adverso. A **figura 10** mostra a composição dos principais mercados internacionais portugueses. Os EUA e o Reino Unido estavam em recessão em 1953, em parte devido ao abrandamento das despesas militares com o fim da Guerra da Coreia. A produção industrial portuguesa, e sobretudo as indústrias transformadoras da cortiça e de produtos químicos, que estavam orientadas para a exportação, foram afetadas pela reduzida procura externa nos mercados internacionais.

Fig. 9 - EXPORTAÇÕES (QUANTIDADE) POR TIPO DE BENS



Fonte: Lains (2003), com base em Batista et al (1997).

Fig. 10 - COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR DESTINO (EM VALOR NOMINAL, 1951)



Fonte: Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal, 1951.

3. CALIBRAÇÃO DO PICO E DA CAVA

A economia portuguesa vivia em expansão desde o pós-guerra, com uma aceleração desde 1948, sobretudo no produto agrícola. As colheitas do verão e outono de 1951 foram razoavelmente boas, assim como a produção industrial e as exportações. Neste contexto, os indicadores analisados levam o Comité a considerar que a atividade económica ainda se encontrava em expansão no início de 1952.

Todavia, as campanhas vinícolas e olivícolas do segundo semestre de 1952, preponderantes na economia rural de então, são de tal ordem reduzidas que permitem determinar uma quebra no ano de 1952 como um todo. Tal advém de uma consociação negativa dos ciclos naturais das duas culturas — normalmente caracterizadas pela alternância entre anos de maior e menor colheita — agravadas por um ano meteorológico desfavorável. Apesar do crescimento do produto industrial (ainda que a um ritmo menor do que em 1951), o peso da agricultura no emprego, produto e rendimento é de tal ordem que explica, no entender do Comité, a forte quebra no consumo privado que se verifica em 1952. A isto acresce a quebra das exportações, explicada pela conjuntura internacional, pois vários países incorriam em ajustamentos orçamentais, reduzindo a dinâmica do comércio internacional.

Por seu turno, a seca moderada de 1952–53 fez-se notar particularmente nas colheitas da primavera-verão de 1953 (cereais, leguminosas, fruta), o que prolongou a recessão para o ano de 1953. A isto acresce um forte abrandamento da produção industrial, num cenário de estagnação do comércio internacional, o que leva o Comité

a considerar que pelo menos o primeiro semestre de 1953 terá sido, ainda, de contração. Porém, as excepcionalmente elevadas produções olivícolas e vinícolas que se deram no segundo semestre, potenciando um crescimento do consumo privado ainda em 1953, justificam que o Comité, na sua metodologia de datação anual, determine que o ponto de inflexão do ciclo económico ocorreu em 1953, constituindo, portanto, a cava desta recessão.

4. CONCLUSÃO

Os ciclos associados à agricultura determinaram o ciclo económico em Portugal. O país tinha ainda uma economia profundamente agrícola, sobretudo no emprego, mas também na produção e nas exportações. Por essa razão, um ano de contrassafra na azeitona, uma colheita fraca na uva e más condições meteorológicas a afetarem as colheitas cerealíferas, constituem as principais causas próximas da recessão de 1951–53. A coincidência invulgar destes fenómenos levou a que várias produções dos principais produtos fossem afetadas ao mesmo tempo, levando a uma contração generalizada da atividade económica. Acima de tudo, esta foi ainda uma recessão agrícola, como a generalidade das anteriormente registadas. Porém, possui duas particularidades: por um lado, dada a evolução estrutural do peso da agricultura, esta acabaria por ser a última recessão vincadamente agrícola; por outro lado, a crescente abertura da economia ao comércio internacional traz consigo a influência de fatores externos que desde então se tornam cada vez mais relevantes para os ciclos económicos portugueses. Ambos merecem considerações finais.

As recessões geradas pelo ciclo agrícola tornam-se crescentemente improváveis daqui em diante. Se, em 1945, a agricultura empregava 52% da população ativa e correspondia a 31% do PIB, em 1980, o peso da agricultura no emprego rondava já apenas 20% e, no produto, cerca de 11%. No seu conjunto, a industrialização, a diversificação da produção, a abertura ao comércio externo e o progresso tecnológico concorreram para quebrar onexo causal entre maus anos agrícolas e recessões, que, na opinião do Comité, se deu em Portugal pela última vez no ano agrícola de 1952–53.

Por fim, Portugal tinha escapado à destruição da II Guerra Mundial, assim como à Guerra Civil Espanhola. Em termos económicos, não tinha sofrido muito com estes conflitos, porque era ainda uma economia fechada e pouco sensível à contração das exportações. No pós-guerra, a economia portuguesa começou um processo de industrialização e abertura ao comércio internacional na direção da matriz das pequenas economias abertas ocidentais. Desde 1945, o crescimento das exportações foi notável — evoluindo continuamente de 5% para 8% do PIB, em 1951 — numa tendência que se estende pelas décadas seguintes. A recessão de 1951–53 é, assim, a primeira a refletir, embora apenas parcialmente, um dos principais fatores recessivos das economias abertas: a evolução da procura externa. Esta torna-se muito mais preponderante nas recessões posteriores em Portugal, em cuja maioria os fatores externos são uma importante fonte de choques.